



Discurso de posse de Thereza Christina Nahas na Academia Brasileira de Direito do Trabalho (21.10.2019)

por Thereza Christina Nahas

Excelentíssimo Acadêmico JOAO DE LIMA TEIXEIRA FILHO, DD. Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

Excelentíssimos Acadêmicos presentes, membros do Ministério Público da União e dos Estados, Magistrados, Colegas Advogados, Professores, Representante de instituições Públicas e Privadas,

**Queridos alunos e amigos,
Minha família!**

O início de toda prece deve ser por palavras de agradecimento. As jornadas são concretizadas com esforço e trabalho de cada um. Os frutos que são colhidos, resultam de uma longa caminhada em que a maioria conseguirá ver a glória das luzes deitadas sobre o ponto principal do palco; poucos são os que acompanham a escuridão e atalhos que são necessários tatear para alcançar o foco de luz. Daí minha emoção em iniciar agradecendo a minha família que, em vários momentos, esteve privada da minha companhia, sem desistir de fornecer-me, não somente o suporte físico, mas espiritual, que me permite, de alguma maneira poder ter a pretensão de contribuir para a construção de um mundo melhor, aspiração esta de todo Professor, que dedica sua vida e cátedra a plantar pequenas sementes naqueles que cuidarão de poder espalhar-las pelos mais diversos caminhos que o avanço tecnológico lhes permitir fazer com mais eficiência.

Assim, minha querida filha Victoria Nahas, que tantas fraldas teve trocadas entre computadores e livros, nas diversas estradas e universidades, é que dedico especialmente este momento. Sua doçura e compreensão me permite trilhar o caminho profissional que abracei com seu apoio e sua companhia, em um mundo que reclama a luta pela igualdade. A Academia, como pontou um dos seus mais notáveis patronos, Wagner Giglio, “revela o que há de melhor no Brasil no campo do Direito do Trabalho. Tudo o que o Brasil possui no Direito do Trabalho está na Academia e, se é da Academia, é porque tem méritos, senão não estaria lá. O papel dela é um papel relevante, no sentido de produzir trabalhos científicos e ajudar na evolução da ciência”. Por isso, integrar os membros da Academia, é o resultado da dedicação de uma vida de construção, não somente do estudo da ciência, mas também, da busca incessante de uma rede multidisciplinar harmônica que possa permitir o desenvolvimento sustentável de uma nação em efervescente mutação, num ciclo de interligação global.

Como assinala o Papa Francisco na Carta Encíclica Laudato Si’, “a contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e trabalho,

que alguns, em espanhol, designam por «rapidación». Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as acções humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica. A isto vem juntar-se o problema de que os objectivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral. A mudança é algo desejável, mas torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade”¹.

Somos todos responsáveis pelos modelos de produção e de consumo que afetam as estruturas da nossa sociedade. O progresso social e econômico reclama e pressupõe o respeito, na *nossa casa*², ao ser humano e ao meio ambiente. Vivemos um cenário de profundas mudanças no nosso País e, ciente da necessidade da união para aprimorar as medidas que serão tomadas, é que modestamente, pretendo colaborar, no apertado espaço que me cabe, para a construção de um mundo melhor e mais sustentável. Esta é a contribuição que pretendo deixar a você minha filha, à sua geração e às futuras, de poder desfrutar de uma sadia qualidade de vida (art. 225, Constituição Federal). Sinto-me responsável, principalmente num País onde uma parcela considerável da população é excluída do sistema educativo, por lutar pela busca de um mundo menos desigual e um desenvolvimento sustentável e integral, no marco de uma revolução digital sem fronteiras e com o paradoxo das fronteiras físicas que muitos Países estão articulando, numa afronta a direitos mínimos do ser humano.

À minha mãe, Bernadete Nahas, aos meus irmãos Grace e Rodrigo Nahas e seus respectivos companheiros, Laerte Assumpção e Patricia Ebner, que nunca se cansaram de acompanhar passo a passo a minha vida, viabilizando que as dificuldades encontradas em tantos bairros, países e cidades distintas, pudessem garantir o porto seguro de uma vida nômade, mas sempre pregada a origem que me criou.

Fernando Fita, você que chegou do nada, como diz Chico Buarque, sem nada trazer ou perguntar, instalou-se como um possessor dentro do meu coração. Seu apoio incondicional, o compartilhamento do conhecimento, o respeito e a tranquilidade para desfrutar de momentos que vão além do nosso lar, contribuindo para processos de investigação a que nos dispusemos a fazer a partir de agora, a quatro mãos, voltados ao objetivo que nos une: a reedificação de um direito do trabalho inclusivo, mecanismo fundamental para eliminação da pobreza e construção de uma sociedade mais igual.

Gostaria ainda, de registrar minha eterna gratidão a minha equipe da 2ª Vara de Itapeverica da Serra, capitaneada pela minha querida diretora Lucilene Telles e meu assistente Rafael Del Faveri, companheiros há mais de 20 anos que viabilizam a paz de espírito e o equilíbrio entre a Academia e a Judicatura, almas estas que se integram no objetivo aqui afirmado

Por fim, a todos meus amigos, presentes e ausentes, companheiros de toda uma vida. Todos seguem tendo uma enorme participação em cada semente que consigo semear, pois é inconcebível que a vida acadêmica se faça à revelia das relações privadas e públicas que se incorporam à nossa existência.

Já nos idos de 1988 quando cheguei a Fundação Eurípedes Soares da Rocha em Marília, levava nos altos dos meus 17 anos, a mescla de emoção, receio e ânsia de conhecer o mundo. Uma época em que discutíamos a Constituição Cidadã, na fronteira entre o regime da ditadura e a democracia.

¹ Papa FRANCISCO, *Encíclica Laudato Si'* (2015), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html,

² Papa FRANCISCO, *Encíclica Laudato Si'*.....

Naquele ano a Constituição foi aprovada, no curso do primeiro ano de faculdade em que as discussões mais pungentes não eram as que estavam nos manuais, mas nas histórias contidas de cada um. O grito da liberdade, a política, a música livre e o uso de símbolos que nos davam o orgulho de dizer que “somos brasileiros”. Era a esperança de ter um País integrado nacional e internacionalmente; simplesmente um País digno e com oportunidades para todos.

Entre um grupo de amigas inseparáveis, Regina Damasceno (promotora de justiça); Renata Gavazzi (secretaria do Pleno do TRF); Priscila Molento e Nádia Sorrentino (ambas advogadas), sonhávamos em poder contribuir para a formação de um Brasil melhor, acreditávamos nas instituições do Estado como mecanismos de realização da dignidade: era o Brasil das liberdades civis e políticas, dos direitos fundamentais e sociais. Nossos diálogos acabaram por interferir definitivamente naquilo que se transformou no meu objetivo de vida: ser órgão do poder Judiciário, *servir ao público* e ver o direito vivo, fora dos livros e dos códigos. Poder transmitir e intercambiar conhecimentos e o melhor cenário para isso era o ambiente Universitário e os Tribunais. Assim foi que em três dos quatro anos de Faculdade, senti a importância e orgulho de ser estagiária de dois profissionais que me ensinaram muito mais que dizer o direito, Waldo Fazzio Junior (Promotor de Justiça) e Joaquim Pedro Campello de Souza (Juiz de Direito). Ensinaram-me a importância da *audiência*: o Poder Judiciário somente poderá decidir de forma justa, se puder ouvir com paciência e sobriedade aqueles que batem às suas portas, às quais nunca podem estar fechadas. Ambos, abriram o caminho para uma estrada que nunca mais me atrevi a sair: o da conciliação entre a academia e a judicatura. Dois grandes professores com quem espero ter aprendido o que foi fundamental para nunca regredir: os limites da minha própria ignorância; saber reconhecer meus erros e fracassos, não errar o óbvio e nunca esmorecer. Ir mais além.

Assim como o velho trem que atravessa o Pantanal guiado pelo sinal das estrelas do cruzeiro (Almir Sater) ao invés de voltar a minha querida cidade Morena³, de onde tento nunca me separar, em 1992 deixei-me seduzir pela pulsação da cidade da garoa⁴.

Inicie a carreira da advocacia, ocasião em que encontrei o ícone do direito público que me abriu as portas da PUC/SP, Professora Maria Garcia com quem iniciei muito timidamente um estágio como sua *assistente*, tendo que afastar-me um ano depois, em razão das provas de concurso para magistratura, da especialização no Centro de Extensão Universitária, da agitada vida dos fóruns e da formação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas do Fórum Regional do Ipiranga, onde fui acolhida pela família de Advogados locais muitos dos quais, ainda hoje, tenho a grata satisfação de cruzar nos Fóruns ou mesmo nesta respeitada Associação que consegue agregar as mais distintas áreas do saber.

Em 1995, após aprovada no concurso para Juíza do Trabalho em São Paulo, pude retornar a vida universitária e, a partir de 1996, não mais deixei aquela que viria ser minha casa acadêmica, a PUC/SP em que tive a honra de aprender e conviver com grandes nomes como as famílias Alvim e Nery, professores como Celso Fiorillo e aqueles que passaram a ser a inspiração da minha carreira acadêmica, os professores e Acadêmicos Pedro Paulo Teixeira Manus e Amauri Mascaro Nascimento, meus primeiros Mestres na área trabalhista.

Aqui, gostaria de deixar registrada a emoção e o privilégio de conviver com o Professor Amauri Mascaro que confiando no meu trabalho e nas minhas proposições, mais empíricas do que jurídicas, abriu-me às portas das editoras e do Curso Mascaro. Era uma jovem que levava na mala muito pouco conhecimento, e uma vontade gigantesca de aprender e desbravar o mundo. Com a paciência

³ Cidade Morena, alcunha que referência Campo Grande (Mato Grosso do Sul), minha cidade natal.

⁴ Cidade da Garoa, alcunha que referencia São Paulo (Capital)

inerente aos expertos, quase todas as semanas, me recebia na Avenida São Luís ouvindo os turbilhões de dúvidas que eu levava. Estava, assim, fincada uma jornada que não mais teria fim. Também, e não menos importante, ao Acadêmico Ney Prado, que me permitiu conhecer o universo das relações entre direito econômico e direito do trabalho. Já nos idos de 1996 entabulávamos elucubrações que justamente hoje constitui o cerne das discussões acerca da recém promulgada lei que institui a declaração da liberdade econômica.

Neste mesmo período, outra grande Acadêmica me abre as portas para o que conhecemos hoje como Escola da Magistratura. Yone Frediani, uma mulher visionária que implementou o modelo da Escola da Magistratura de São Paulo, num ambiente modesto, mas com uma pretensão gigantesca que poucos acreditavam. Se há alguém que lançou a semente para a construção das Escolas Judiciais do Trabalho foi a Professora Yone, coincidentemente durante a gestão no TRT/SP de outro Acadêmico, Floriano Vaz. Depois das ações da Professora Yone na direção, nunca mais as Escolas teriam o perfil modesto. Sua gestão contribuiu para que muitos dos profissionais que passaram a se interessar pela Justiça do Trabalho, estivessem vinculados ao Programa de Estágio por ela implementado nas diversas faculdades de São Paulo e região em parceria com o Tribunal. Por uma grande fortuna da vida, tive o privilégio de participar do seu projeto, o que me possibilitou encontrar nela mais que uma Diretora-Mestra, tornando-se o modelo que tento copiar, a amiga e parceira de todas as horas e quem, juntamente com o Acadêmicos Ives Gandra, Ney Prado Georgenor Franco, Vitor Salino, Gilberto Stürmer, Marco Villatore e Bruno Freire, me guiaram para chegar até aqui.

E foi em meio a este ambiente Universitário, cuja abertura me foi proporcionada por estes grandes Mestres que acreditaram em mim e me dirigiram os passos, somado a um momento de otimismo pela construção de um direito do trabalho em ascensão, é que descobri que, além dos vários professores que tive a alegria de poder conviver, tinha um vizinho muito especial. Alguém cujos livros eu me debrucei e conhecia dele cada afirmação, cada vírgula. A leitura das páginas jamais me levaria a imaginar no admirável ser humano que havia por detrás de cada impresso.

Nenhuma palavra servirá para dar a grandeza e intensidade que tinha o Professor Wagner Giglio. Dócil, de trato fácil, humano, equilibrado, extremamente humilde, de bom senso e lucidez extraordinários, além de um profundo conhecimento multidisciplinar.

Apesar de ser processualista de formação, o primeiro livro que li de sua autoria, foi *Justa Causa*, uma obra completa, inigualável, insubstituível. Em seguida, *Direito Processual*, em que o Professor aborda a matéria com aquilo que, quiçá, falta hoje aos Tribunais: o processo do trabalho é simples, o procedimento deve ser dirigido aos fins que se destina o processo, ser efetivo, ser útil, dar ao jurisdicionado uma resposta adequada à pretensão que deduz em juízo: em regra geral, fruto para manutenção de sua subsistência. O procedimento adotado pelos Tribunais deve ser no sentido de garantir a confiança no Judiciário e não de insuflar a insegurança jurídica. O processo não tem vaidades e às partes nele envolvidas devem agir conforme seus interesses e com respeito mútuo.

Professor Giglio era um obstinado pela língua portuguesa, não permitindo que se incorresse em nenhum erro que pudesse maltratá-la. Foram muitas horas em seu escritório, de diálogos que iam do direito às várias histórias que levava o Professor em suas memórias. Eu ouvia embasbacada! Me sentia um dos netos da D. Benta ouvindo as histórias do Reino das Águas Claras. Quando me contava de sua estada em França, eu pensava quanta ilusão eu tinha de um dia poder estar ali! Parecia tão distante e quase inatingível. Minha capacidade nunca conseguiria alcançar tal feito. Quando ao ler o primeiro esboço final da minha tese de Doutorado, que era dirigida pelo Professor Manus, em que eu tratava da *Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito do Trabalho*,

o meu adorável Patrono fez uma crítica que abalou todos os meus alicerces: iniciou pelos erros gramaticais indo até a questão estrutural. Minha tese estava destruída e tinha que ser refeita.

Quase não senti o gosto do café e não sabia se chorava ou desaparecia como mágica de tanta vergonha que senti. Graças a este homem admirável, Professor Manus, o trabalho que apresentei o poupou de vários dissabores da leitura ruim. Permitiu que o Senhor tivesse contato com um verdadeiro trabalho de final de doutorado, viabilizando que levasse à Banca, que contava com a presença de outro Acadêmico não menos criterioso, e pelo qual tenho profunda admiração, o Professor Luiz Carlos Robortella, uma tese que, em seguida, foi aprovada com distinção.

A Banca foi a coroação de um trabalho, não só discutido com meu orientador Professor Manus e nas aulas da PUC/SP, mas também, nos bastidores do escritório da rua Cardeal Arco Verde, entre sorrisos, lágrimas e aulas que o Professor Giglio se dispôs a proferir para uma única ouvinte: EU. Pude compreender exatamente a profundidade da frase de Gandi: “um não dito com convicção é melhor e mais importante que um sim dito meramente para agradar, ou, pior ainda, para evitar complicações”. Até hoje a tese defendida mostra-se atual e é o pano de fundo das reformas havidas na jurisprudência e na lei, a respeito da limitação da responsabilidade dos sócios e à conservação do direito patrimonial dos terceiros de boa fé. Foi o preparo necessário para a entender a complexidade da vida acadêmica e ser aceita nas orientações dos Professores Joaquin Aparício Tovar, Catedrático na Universidade Castilla la-Mancha, Pedro Romano e Fernando Araújo, ambos Catedráticos na Faculdade de Direito de Lisboa. Professores de conteúdos diametralmente oposto: o primeiro é marxista; o segundo civilista e o terceiro economista. Todos, até hoje, continuam acompanhando minha incansável formação em solos alienígenas, bem como abrem as portas para o intercâmbio que sobrevoa o oceano Atlântico.

Fui uma privilegiada, fato este que me dá um peso muito maior da responsabilidade de empenhar-me em não falhar e poder seguir o exemplo do meu Mestre: ouvir a todos, estar sempre disponível e poder servir de canal de comunicação entre tudo aquilo que conquistei em razão das portas que estes grandes Professores me abriram, a outros que deverão chegar para renovar e agregar.

Como relatado pelo Professor Giglio, ele não se lembrava quando e onde nasceu, sabia por ouvir dizer⁵. Foi em 1930, em São José do Rio Preto em plena época que estourou a Revolução. Depois de mais ou menos um ano veio a São Paulo, de onde nunca saiu salvo para estudar em Paris em razão de uma bolsa de estudos. Estudou na São Francisco de 1950 a 1954 e foi profundamente influenciado por Alfredo Buzaid, Miguel Reale e Mozart Victor Russomano. Aprofundou-se no direito processual do trabalho, em um período de grande evolução deste ramo do direito. Como assevera o Professor, acreditava que estava nascendo uma nova ciência “bastante distinta das outras semelhantes ou paralelas e que necessitava de um jurista para construir as bases teóricas dessa ciência. Senti também que, depois de um certo período essa evolução cessou, se estirou e regrediu, e não levou a mais nada. Eu fiquei bastante desiludido e de certa forma me desinteressei pela ciência que eu estava explorando. Os empregadores capitalistas e as forças reacionárias se assustaram um pouco, pois estava ganhando um vulto muito grande, e houve uma reação forte que foi aparada pelo governo, principalmente dos militares”⁶.

Quando termina a faculdade por uma causalidade passa a trabalhar num escritório de advocacia especializado em direito do trabalho e foi influenciado por um colega de turma, Roberto Mario Rodrigues Martins, a prestar concurso para a Justiça do Trabalho, o que aconteceu nos primórdios da Justiça do Trabalho quando o concurso tornou-se obrigatório em razão da ordem Constitucional

⁵ GIGLIO, Wagner, *Vida, Trabalho, Memória: a história da Academia Brasileira de Direito do Trabalho nas histórias de vida de seus acadêmicos*, disponível em <http://www.andt.org.br/banco-de-memorias>, acesso em outubro de 2019.

⁶ GIGLIO, Wagner, *Vida, Trabalho, Memória...*

de 1946. Foi o 17º colocado no concurso que inicialmente contava com apenas duas vagas, vindo a assumir o cargo algum tempo depois quando foram abrindo novas vagas. Foi Juiz Substituto em São Paulo, depois promovida a titular para Americana onde permaneceu por três anos, até ser transferido a São Paulo assumindo a 14ª Junta de Conciliação e Julgamento. Ali ficou até ser promovido por merecimento ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9ª Região). Foi convocado a substituir no Tribunal Superior do Trabalho, onde ficou por nove meses, retornando por ter sido eleito vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, ali permanecendo até 1981 quando se aposentou, cumprindo assim, uma carreira intensa e completa. Retornou a advocacia, instalando-se, algum tempo depois, definitivamente, a Rua Cardeal Arco Verde, local em que passou o resto da sua vida e onde tive o privilégio de poder conviver com o Professor.

Foi em Paris, no curso de especialização em direito coletivo na década de 60 que passou a ter uma visão distinta do mundo do trabalho, seguindo sua formação internacional junto a OIT, na década de 70.

A docência estava em seu sangue e sua alma. Foi por longos anos professor concursado na Faculdade de direito do Largo São Francisco, onde permaneceu até o início dos anos 2000. Aposentou-se como professor associado, embora, nunca tenha deixado efetivamente a cátedra. Afirmou não ter chegado a titular por ter perdido gloriosamente para Octavio Bueno Magano, também membro desta Academia⁷. Somente quem possui alma de Professor é capaz de tal afirmação.

Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Direito do Trabalho sendo convidado juntamente com Coqueijo Costa e escolheu por patrono da Cadeira de nº43 que ocupava o Professor Henrique Stodieck.

Stodieck era de originário de Florianópolis, Santa Catarina, nasceu em 27/08/1912 falecendo em 28/08/1973 “humanista, filósofo, sociólogo, educador, cultor do direito, escritor, juiz”⁸, formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1937, lecionou filosofia, foi Diretor do Instituto Estadual de Educação em Florianópolis e com 28 anos passou foi aprovado no concurso para ocupar a Cátedra na Faculdade de Direito de Santa Catarina. Como assinala Luiz Pasold, foi analista acurado e pesquisador exemplar, dedicou-se ao estudo do pensamento de filósofos e sociólogos de renome, tais como Georges Gurvich (de quem foi aluno em 1953), Bérghson, Bertrand Russel, Perelmann, Nietzsche, Heidegger e Naraghi. Admirado nacional e internacionalmente pela sua erudição e produção intelectual, foi considerado pelo Imortal (da Acadêmica Brasileira de Letras) Evaristo de Moraes Filho, como um dos homens mais cultos de seu tempo”⁹.

Henrique Stodieck tinha uma vasta cultura e um conhecimento multidisciplinar que fazia com que se destacasse e se fixasse como um dos maiores pensadores e pesquisadores brasileiros. Detentor de uma inteligência que o diferenciava era emitente de uma linguagem simples e objetiva, autor de um ensaio que certamente foi o ponto de ligação do Professor Giglio para homenageá-lo e permitir que pudesse permitir que sua obra não morresse: *Convenção Coletiva de Trabalho e outros ensaios*, publicado em 1974 pela editora LTr prefaciado por uma das figuras de maior influencia na vida sua vida acadêmica, Mozart Victor Russomano.

⁷ GIGLIO, Wagner, *Vida, Trabalho, Memória.....*

⁸ PASOLD, Cesar Luiz, Professor Henrique Stodieck, do texto extraído de seu Discurso proferido na Sessão da Academia Desterrense de Letras, em 26 de junho de 2002, disponível em <http://conversandocomoprofessor.com.br/category/henrique-stodieck/>, acesso em outubro de 2019.

⁹ PASOLD, Cesar Luiz, *Professor Henrique Stodieck,*

Quíça, Professor Giglio tenha se respaldado em uma afirmação absolutamente irrefutável daquele que elegera como Patrono: “ ... “...entendo que o único estímulo para o estudo é a compreensão nítida das questões abertas, das que requerem do espírito curioso e amante da verdade esforço para solucioná-las. Somente aquele que realmente sente os problemas, pode dedicar-se à pesquisa das soluções. Estudar resultados, sem previamente sentir os problemas, leva à erudição diletante e nada construtiva. *Dentre os múltiplos problemas da Filosofia do Direito, destacam-se, sem dúvida, dois, que englobam, direta ou indiretamente, os demais: o que se refere ao conhecimento do jurídico, distinguindo este sector do saber e da ação humanos dos demais compartimentos, correlacionando-os; e o que diz respeito à apreciação do justo, implicando no conhecimento dos valores da justiça e da hierarquia existentes entre estes valores, concatenando-os com os outros ramos da axiologia. Que tais problemas são independentes, verifica-se da circunstância de haver normas jurídicas injustas e princípios justos não consagrados em normas jurídicas*”¹⁰.

Duas figuras notáveis que tinham em comum a inteligência diferenciada, espírito curioso e a vontade de construção de estruturas sólidas para um paradigma que pudesse ceder ao egoísmo individual em benefício da busca incessante pela justiça social.

Acreditava que a academia é uma instituição de grande importância para o desenvolvimento do direito do trabalho no País e que deve ter uma ação contundente nas reformas legislativas e nas discussões políticas: “Creio que o papel da Academia no futuro deveria se concentrar no aspecto crítico das medidas legislativas que estão sendo tomadas. Deve também se pronunciar sobre os projetos de lei, bem como as leis que estão sendo lançadas nesse campo. Esses aspectos já vem sendo aprimorado nos últimos tempos. O caminho é o estudo e a atuação efetiva junto ao legislativo (...)”¹¹.

Sempre dotado de uma humildade imensurável, apaixonado pela ciência, já se pode ver a larga visão que tinha e a profundidade de suas percepções. Vivemos num tempo de mudanças, mas também de estagnação do processo do trabalho e a transformação do direito do trabalho; uma época de inseguranças jurídicas, inúmeras reformas legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias. De suas aulas, do legado deixado e da lucidez que sempre lhe foi peculiar, o convite que recebeu ser diretor de relações internacionais desta Academia não decorreu de sua estada em Brasília junto ao TST, como receava¹². Vou ousar, querido Professor, divergir da sua afirmação de que sua atuação na Academia não teria sido brilhante nas respectivas funções. A importância de seu trabalho extravasou todos os âmbitos e limites de fronteiras. Foi o Professor Giglio o responsável por inserir no Brasil nas relações internacionais e ser o elo de ligação das primeiras relações entre juristas brasileiros e de outros Países.

“La Patota”, como lembra Néstor de Buen, “nació al calor de unas copas de relajamiento, después de un intenso trabajo de divulgación de ideas laborales”¹³. Reuniram-se com ele os Professores estrangeiros convidados Maracaibo, Mario Pasco e Rafael F. Albuquerque que decidiram escrever um livro coletivo em que cada um discorreria sobre o mesmo tema, mas sob as perspectivas nacionais de seus respectivos Países. Para isso decidiram alargar o grupo mais além de Peru, República Dominicana e México, e assim uniram a ideia mais que progressista para uma dura época de ditadura, os Professores também visionários como Alfredo Montoya (Espanha), Rolando Murgas

¹⁰ PASOLD, Cesar Luiz, *Professor Henrique Stodieck.....*extraído do livro STODIECK, Henrique. Bergson e outros temas, Editora Roteiro, Florianópolis 1966, p. 35.

¹¹ GIGLIO, Wagner, *Vida, Trabalho, Memória.....*

¹² GIGLIO, Wagner, *VIDA, TRABALHO, MEMÓRIA.....*

¹³ MONTOKA MELGAR; ACKERMAN; PASCO COSMÓPOLIS; MURGAS TORRAZZA; ALBUQUERQUE; MORGADO VALENZUELA; GIGLIO; DE BUEN, *En Torno a los Principios del Derecho del Trabajo – Homenaje al Dr. Américo Plá Rodríguez*, Ed. Porrúa, México, 2005, p. 1

Pasco (Panamá) e Wagner Giglio (Brasil). Decidiram, humildemente, convidar o Professor Américo Plá Rodríguez para apresentação. Para a surpresa do grupo que o considerava como o personagem principal da obra é que recebeu a aceitação não de prefaciá-la, mas sim, de incorporar-se ela. O Mestre inventor do Grupo “de los miércoles, un canto a la libertad de cátedra em um mundo de represión militar”¹⁴ somou-se a este Grupo atrevido de internacionalizar definitivamente o direito do trabalho nas Américas do Sul e Latina. Estava formada a “La Patota dos Siete” a qual, posteriormente, incorporou-se Mario Ackerman (Argentina) e Emilio Morgado (Chile).

A final, a obra que esteve a ponto de naufragar em razão de várias dificuldades para publicação, foi publicada no México e prefaciada por Emilio Gómez Vives da Secretaria do Trabalho e Previdência Social do México, responsável por sua publicação.

Mais tarde, vencidos pelo inconformismo do Professor Plá Rodríguez que pensava não ser adequado o nome “la Patota” para tão conceituado grupo de juristas, Mario Pasco sugeriu que se lhe substituísse o nome pelo inócuo “Grupo de los Nueve”. “La Patota”, nos países do Cono Sul era a referência a uma “pandilla de barrio integrado por personas malas, jóvenes de preferencia, pero no muy malas. Algo así como pandilleros culpables de delito menores”¹⁵.

Este foi tão somente primeiro pontapé para criar, em 1985, o primeiro curso Internacional de Direito do Trabalho no Brasil, atitude ousada mas que acenava para aquilo que de mais moderno estava por vir: os intercâmbios internacionais e o direito internacional do trabalho, disciplina esta que deveria ser implementada em nosso País em caráter obrigatório.

Sabia o Professor Giglio, na sua incansável busca pelo aperfeiçoamento do direito do trabalho nacional, que era necessário abrir as portas do País para as integrações internacionais: o direito do trabalho deve estar no cerne das discussões globais, fato este que, na comemoração do seu centenário, a OIT considera de grande importância a ponto de sugerir a formação de um Tribunal Supranacional para causas sociais. Como já pontuei, o trabalho é local, mas a tutela do trabalhador deve ser global, objetivo este que já fazia parte da luta do Professor e do Grupo dos Nove (La Patota). Certamente, as orientações deste Mestre revolucionário para sua época interferiram de forma definitiva para o avanço do direito do trabalho deste século.

A academia se constrói com trabalho árduo, luta pela formação e manutenção da ciência. O verbo escrito, as ideias postas e disseminadas por seus leitores e interlocutores, a arte de saber transmitir e de saber ouvir. A dedicação desmedida, o pensamento e conhecimento privilegiados, a simplicidade inerente aqueles que efetivamente não precisam nada mais para serem respeitados, simplesmente porque naturalmente gozam do dom da autocrítica, da ausência do vício da individualidade e das vaidades. Assim era o Professor Wagner Giglio, cujos ensinamentos deixados superavam em atualidade à época que foram criados, para perpetuar-se como alicerce daquilo que ainda está para ser formado.

Assumo formalmente nesta data, a Cadeira de nº 43 desta Academia, com um misto de alegria e tristeza. Tristeza, porque se isso é possível, quer dizer que estou privada de poder desfrutar da companhia do seu Fundador Wagner Giglio e sinto o pesado arrependimento de não ter estado com ele nos últimos anos, justamente em razão das mudanças que tive na minha vida privada e das dificuldade que a mobilidade urbana nos impõe. Tristeza por não poder ouvir o que ele ponderaria a respeito daquilo que tenho produzido, ainda que fosse para me fazer começar de novo. Alegria, por poder desfrutar da companhia e do círculo daqueles que são, como escreveu o Professor,

¹⁴ MELGAR MONTOYA, Alfredo *et alii.*, *En Torno a los Principios del Derecho del Trabajo...*p. 2

¹⁵ MELGAR MONTOYA, Alfredo *et alii.*, *En Torno a los Principios del Derecho del Trabajo...*p. 1

indiscutivelmente muito bons e excelentes e que se dedicam a construção de um direito do trabalho sustentável e digno.

Como escreveu Claudia Giglio, uma de suas filhas: “Professor. Advogado. Magistrado. Escritor. Um ser humano marcado pela inteligência e simplicidade. Existência dedicada aos alunos, às lides trabalhistas, aos jurisdicionados e, sobretudo, a expressão dos conhecimentos jurídicos com inigualável didática e praticidade. Devoto à família e aos amigos. Personalidade marcante. Inquebrantável retidão de caráter. Um exemplo de homem e profissional”¹⁶. Nada define melhor este grande “garoto franzino que sempre gostou muito de estudar”¹⁷.

Espero Professor, que não tenha me equivocado muito na gramática ou em afirmações de outra natureza. O discurso vem de uma alma embargada de emoção e da responsabilidade de sucedê-lo a Cadeira que passo a ocupar.

Quero deixar registrado o meu agradecimento especial ao Dr. Eduardo Viveiro e Dra. Elaine Beltran que não pouparam esforços para que esta solenidade pudesse se realizar nesta casa que acolhe a todos aqueles que aqui chegam. Aqui frequentei os primeiros cursos quando cheguei nesta cidade que é o avesso do avesso do avesso do avesso e, não obstante o duro concreto das suas esquinas, a receptividade de sua gente permite que nos sintamos verdadeiros paulistanos.

Agradeço, não somente aqueles que aqui nominalmente citei, mas a todos aqueles que, não menos importantes, cruzaram pelo meu caminho e que influenciaram definitivamente minha formação, fazendo parte da minha história.

Especial agradecimento e respeito aos amigos e grande juristas com quem tive a honra de disputar esta Cadeira, Dr. Eduardo Pragmácio, Guilherme Guimaraes Ludwig e Paulo Régis Botelho os quais certamente irão compor os quadros desta Academia.

É o início de uma nova fase, um novo desafio. Espero não fracassar e pretendo cumprir com os objetivos desta Academia, sem nunca deixar de enobrecer o nome do Patrono da Cadeira que passo a ocupar e humildemente poder honrar a minha vocação.

Muito obrigada

Thereza Christina Nahas
Da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, titular da cadeira nº 43

¹⁶ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique *et. ilii.*, *Execução Trabalhista – Uma homenagem ao Professor Wagner Giglio*, Ed. LTr, São Paulo, abril 2015, p. 16.

¹⁷ Claudia Giglio, *in* BEZERRA LEITE, Carlos Henrique *et. ilii.*, *Execução Trabalhista...* p. 15